

Orçamento de 1989 sob novas regras

A Comissão de Finanças e Orçamento do Congresso vai trabalhar sobre o orçamento de 1989 com as prerrogativas constitucionais aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte. O presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), quer que as emendas sobre o orçamento sejam apresentadas conforme novas regras. A nova Constituição permite que o Congresso promova alterações no documento do Executivo, enquanto o texto constitucional ainda em vigor limita a atuação do Congresso na aprovação ou rejeição de todo o orçamento, informa a Agência Globo.

A primeira reunião da comissão, que será realizada hoje na Câmara dos Deputados, vai definir os sub-retores temáticos e discutir suas normas e diretrizes. O senador Almir Gabriel (PMDB-PA) já foi escolhido como relator geral, cabendo ao deputado César Maia (PDT-RJ) a vice-presidência da comissão.

O ritmo dos trabalhos que o presidente da comissão pretende impor vai permitir que até o dia 30 de novembro o texto final do orçamento, já com as modificações propostas pelo Congresso, seja apreciado em plenário. Se o documento não for votado até o início do recesso parlamentar, no dia 15 de dezembro, o Executivo poderá começar a aplicar o orçamento de 1989, enquanto aguarda sua definitiva aprovação, na próxima legislatura.

O presidente da comis-

são, que recusou assessoria oferecida pela Secretaria de Planejamento (Seplan), reuniu ontem técnicos da Câmara e do Senado para buscar o que classificou de "radiografia da nova realidade do País", contida no orçamento do próximo ano. Um dos pontos mais polêmicos a serem discutidos pela comissão, segundo seu presidente, trata do corte das subvenções dos parlamentares proposto pelo planejamento.

O deputado entende que alguns parlamentares vão

apresentar emendas alocando recursos para a subvenção, que poderão ser obtidos da reserva de contingência. As subvenções parlamentares são dotações orçamentárias de que deputados e senadores dispõem para financiar entidades filantrópicas, conceder bolsas de estudos ou apoiar fundações.

A comissão de Orçamento e Finanças é composta por sessenta titulares e vinte suplentes. Do PMDB fa-

zerem parte, entre outros, os senadores Severo Gomes e João Calmon e os deputados Israel Pinheiro Filho e Max Rosemann. O PSDB conta com a participação dos deputados José Serra e Saulo Queiroz e do senador José Richa. O PT apresentou os deputados Plínio de Arruda Sampaio e Virgílio Guimarães. Os ex-ministros Delfim Netto e Francisco Dornelles não participaram da comissão nem como suplentes.